



CHUBB DO BRASIL

COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ: 33.170.085/0001-05



Você tem com quem contar.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao ano findo em 31/12/2013 e informamos:

CONTEXTO INSTITUCIONAL:

A Chubb do Brasil, fundada em 1845, é hoje a empresa de seguros mais antiga em operação no Brasil e uma das mais antigas no continente americano. A Chubb do Brasil é uma subsidiária da americana The Chubb Corporation, fundada em 1882, e que hoje está entre as maiores empresas de seguros dos Estados Unidos e do mundo, com operações em 26 países, com prêmios retidos até dezembro de 2013 de US\$ 12,2 bilhões e um lucro líquido de US\$ 2,3 bilhões e emergiu como líder na indústria de seguros não baseada em tamanho e pela longevidade e sim construindo relacionamentos sólidos com clientes, agentes e corretores. Os excelentes resultados do ano continuam a demonstrar a habilidade de gerar resultados superiores mesmo em um ambiente econômico desafiante. A The Chubb Corporation recebeu as classificações A+ pela Standard & Poor's e pela Fitch Ratings, e A2 pela Moody's e as Companhias de Seguros do Grupo Chubb receberam as classificações A++ da AM Best, AA pela Standard & Poor's e Fitch Ratings e Aa2 pela Moody's.

A Chubb do Brasil é uma das maiores operações da The Chubb Corporation fora dos Estados Unidos e a maior da América Latina. Ela comercializa seguros de linhas comerciais e pessoais bem como coberturas de seguros de vida em grupo e acidentes pessoais para empresas de médio porte e indivíduos de alto poder aquisitivo.

A Moody's reafirmou à operação brasileira as classificações de força financeira de seguradoras Aaa.br, na escala nacional brasileira, e Baa1, na escala global moeda local. De acordo com a Moody's, estas classificações refletem a favorável diversificação de produtos, a sólida capitalização, a rentabilidade sustentada, o nível de subscrição adequado comparativamente a seus pares, a eficiência de distribuição e a utilização de múltiplos canais pela Chubb do Brasil. E reafirmou que a capacidade operacional da companhia é sustentada por sua forte infraestrutura local, e por sua expertise de subscrição, sinistros, atuarial e financeira, que desfruta como parte do globalizado Grupo Chubb de companhias seguradoras, que subscreve seguros pessoais, comerciais e especiais, mundialmente.

RESULTADOS DO PERÍODO:

A respeito do resultado acumulado até Dezembro de 2013 da Chubb do Brasil informamos que o lucro líquido foi de R\$ 12,4 milhões, impactado pela redução de taxa de juros no período que reduziu em R\$ 4,2 milhões a receita financeira, e o aumento de sinistralidade no transporte e automóvel e a descontinuidade de carteiras não lucrativas. Os prêmios ganhos líquidos de resseguro cresceram 1% no período indicando uma forte disciplina de subscrição e foco da administração na otimização dos seus processos.

O índice de sinistralidade líquido de resseguro para o ano foi de 53,8%, apresentando-se maior do que o do ano de 2012 de 49,1%. Vários negócios foram revistos ou mesmo foram descontinuados com o foco na rentabilidade e uma visão de longo prazo para a sustentabilidade da empresa. Especificamente, o ramo Auto teve uma diversificação de carteira e apresentou alguns segmentos com sinistralidade maior. Diversos ajustes de taxa/preço foram efetuados de forma seletiva que irão refletir positivamente em 2014. A Companhia acredita que de forma geral todos os ajustes de subscrição foram feitos de forma a ter um ano 2014 lucrativo.

As despesas administrativas sobre os prêmios ganhos líquidos de resseguro aumentaram apenas 0.4 ponto percentual (de 13,7% para 14,1%) indicando o forte foco no ganho de produtividade e o constante monitoramento de suas despesas apesar do investimento da companhia em aprimorar os seus processos.

Em 2014 a Companhia continuará priorizando a inovação de produtos, treinamento focado na qualidade de serviços e aumentando os investimentos em tecnologia para reduzir custos e agilizar processos. O crescimento continuará sendo direcionado pelo retorno de resultado atraindo novos negócios rentáveis e reduzindo contas de baixa performance, como foco na melhora contínua de sua lucratividade.

O resultado financeiro do ano de 2013 foi de R\$ 45,6 milhões positivos refletindo a consistente política de investimentos onde a Companhia tem investido em títulos públicos em reais. A Chubb classificou o seu portfólio de investimentos segundo os critérios estabelecidos pela Susep e não apresentou em 31/12/2013 títulos classificados como mantidos até o vencimento.

O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 402,1 milhões em Dezembro de 2013 e Ativo total de R\$ 1,2 bilhão.

Na avaliação final de hoje, a Chubb conta com uma carteira diversificada, com um crescimento sustentado ao longo dos últimos anos, mantendo uma disciplina de subscrição e controle de despesas, e destacando-se positivamente nas operações da Corporação na América Latina, apresentando de forma consistente bons resultados brutos (antes do resseguro) na avaliação da Corporação Chubb. O resultado acumulado de Dezembro de 2013 da Chubb do Brasil foi dentro das expectativas e continuará contribuindo na construção de valores da empresa no Brasil, com especialização, foco e solidez, e um investimento contínuo para prover os melhores serviços aos nossos clientes e corretores.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS:

Devido à positiva tendência de crescimento do mercado segurador brasileiro comparativamente a outros mercados, a The Chubb Corporation tem reafirmado seu compromisso de investimento no país. E com isso, tem reinvestido seus lucros da operação do Brasil como aumento de capital.

OPERAÇÕES DE RESSEGURO MERCADO ABERTO:

Ao final de 2008, com a abertura do mercado de resseguros no Brasil, o grupo Chubb abriu uma resseguradora admitida no país, a Federal Insurance. Desde 2009, esta resseguradora admitida respeitando as regras estabelecidas por lei com relação ao direito de preferência, operou como resseguradora cativa dos negócios da Chubb Seguros e no ano de 2013, apurou um resultado operacional de R\$ 3,0 milhões.

AÇÕES CORPORATIVAS:

A Chubb reconhecida como Seguradora Platinum, em virtude da qualidade e dos diferenciais de seus produtos, reforçou intensamente o programa de encantamento dos clientes, Programa Encantar lançado em 2008. Este é um processo cultural focado no gerenciamento do relacionamento com os segurados através do seu CRM (Customer Relationship Management). Esta cultura de clientividade transforma cada um dos seus profissionais em um ator-chave no relacionamento com os clientes de forma a garantir a antecipação de expectativas e anseios dos mesmos visando à valorização e a retenção dos principais clientes. O sucesso da estratégia do CRM vem da compreensão de que uma filosofia de negócios envolve tecnologia e processo, organização e pessoas, estratégia e negócios.

Ainda com esta visão, em fevereiro de 2013, a Chubb do Brasil reuniu representantes de suas Centrais de Negócios em um evento para lapidar, junto aos executivos e parceiros da seguradora, o plano estratégico da Chubb do Brasil para os próximos anos além de dividir experiências vividas nas centrais em diferentes partes do país, buscando o aprimoramento das relações entre corretores e o cliente final.

INFRAESTRUTURA:

Em 2013, a Chubb tem continuado a política de investimento em sua infraestrutura de sistemas e processos, buscando obtenção de ganho de produtividade e eficiência, possibilitando o crescimento sustentado da Companhia principalmente com foco na melhoria constante das ferramentas utilizadas pelos nossos parceiros de negócios e corretores de seguros.

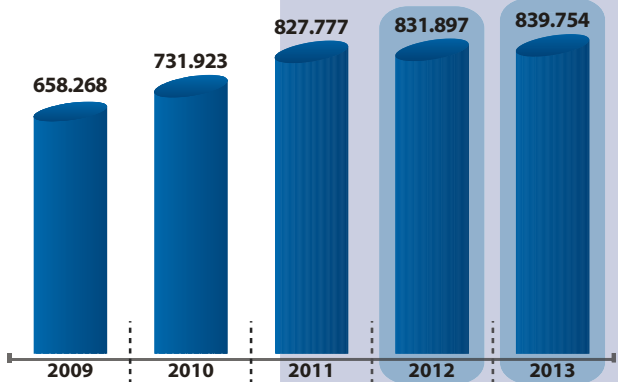
GOVERNANÇA CORPORATIVA:

O bom desempenho da Companhia vem sendo acompanhado também pela melhoria constante do processo operacional e a atenção da administração no desenvolvimento dos controles internos e às melhores práticas de governança corporativa. Um Comitê com executivos da empresa vem acompanhando o desenvolvimento destes trabalhos. Solidez financeira, transparência e liderança moderna são alguns dos pilares da gestão da Companhia.

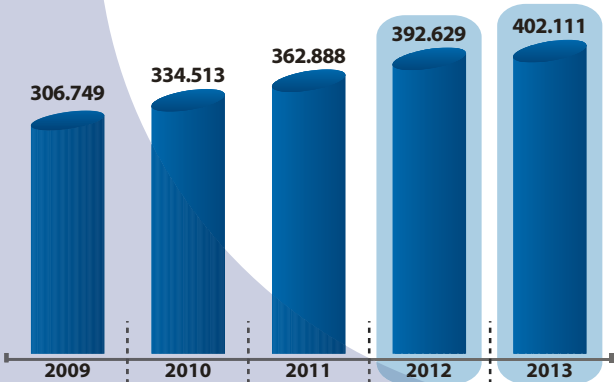
Agradecemos a confiança e apoio recebido dos clientes, corretores, órgãos oficiais e funcionários que contribuíram para o alcance de nossos objetivos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2014

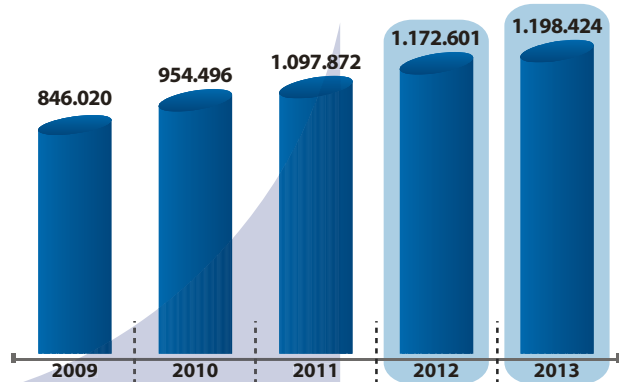
Prêmio Retido



Patrimônio Líquido



Ativo Total



BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 01 DE JANEIRO DE 2012

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas explicativas	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante		981.544	843.295	761.607
Disponível		4.940	6.587	26.351
Caixa e bancos	4,5	4.940	6.587	26.351
Aplicações	4,6	550.709	437.759	353.717
Créditos das operações com seguros e resseguros		235.508	237.395	230.125
Prêmios a receber	4,7	224.535	223.033	215.455
Operações com seguradoras	4	8.506	7.618	7.605
Operações com resseguradoras	4	2.467	6.744	7.065
Outros créditos operacionais		38.580	28.250	21.037
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	4,13	49.799	36.623	33.313
Títulos e créditos a receber		12.344	16.576	14.341
Títulos e créditos a receber	142	—	122	—
Créditos tributários e previdenciários	10	9.306	13.909	11.922
Outros créditos		2.896	2.545	2.419
Outros valores e bens	8	14.626	11.474	16.457
Bens a venda		14.626	11.474	16.457
Despesas antecipadas	16	19.604	20.931	22.273
Custos de aquisição diferidos	9	55.434	47.700	43.993
Seguros		55.434	47.700	43.993
Não circulante		216.880	329.324	337.931
Realizável a longo prazo		195.490	310.465	324.027
Aplicações	4,6	153.011	253.428	278.494
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	4,13	17.102	23.809	17.887
Títulos e créditos a receber		19.628	19.916	16.771
Títulos e créditos a receber		353	471	469
Créditos tributários e previdenciários	10	10.486	7.109	5.066
Depósitos judiciais e fiscais	15	8.789	12.336	11.236
Empréstimos e depósitos compulsórios		169	138	138
Despesas antecipadas		—	—	317
Custos de aquisição diferidos	9	5.580	13.174	10.420
Seguros		5.580	13.174	10.420
Investimentos		42	42	42
Outros investimentos		42	42	42
Imobilizado	11	5.482	6.275	3.652
Imóveis de uso próprio		—	—	7
Bens móveis		3.807	4.057	3.290
Outras imobilizações		1.675	2.218	355
Intangível	12,16	15.866	12.542	10.210
Outros intangíveis		15.866	12.542	10.210
Total do ativo		1.198.424	1.172.619	1.099.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas explicativas	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
Passivo				
Circulante		683.346	640.534	610.866
Contas a pagar		46.984	49.708	72.818
Obrigações a pagar		11.238	8.172	4.130
Impostos e encargos sociais a recolher		12.801	12.724	11.461
Encargos trabalhistas		4.632	4.055	3.711
Impostos e contribuições		2.205	11.941	11.042
Outras contas a pagar	21b	16.108	12.816	42.474
Débitos das operações com seguros e resseguros		84.770	82.564	85.906
Prêmios a restituir		2.487	1.531	2.488
Operações com seguradoras		5.998	6.767	5.108
Operações com resseguradoras		12.122	19.086	26.966
Corretores de seguros e resseguros		30.028	26.920	29.118
Outros débitos operacionais		34.135	28.260	22.226
Depósitos de terceiros		1.190	1.818	(6.084)
Provisões técnicas - seguros	13	550.402	506.444	458.226
Danos		445.049	423.494	389.432
Pessoas		105.353	82.950	68.794
Passivo não circulante		112.967	139.021	122.877
Contas a pagar		—	(12)	—
Tributos diferidos		—	(12)	—
Débitos das operações com seguros e resseguros		—	3.813	4.760
Operações com seguradoras		—	—	947
Operações com resseguradoras		—	3.813	3.813
Provisões técnicas - seguros	13	110.818	133.833	116.840
Danos		95.078	103.828	91.646
Pessoas		15.740	30.005	25.194
Outros débitos		2.149	1.387	1.277
Provisões judiciais	15	2.149	1.387	1.277
Patrimônio líquido	16	402.111	393.064	365.795
Capital social		253.858	227.880	219.222
Aumento de capital (em aprovação)		8.445	17.736	8.658
Reservas de reavaliação		22	22	22
Reservas de lucros		139.821	147.450	137.938
Ajuste de avaliação patrimonial		(35)	(24)	(45)
Total do passivo		1.198.424	1.172.619	1.099.538

	Notas explicativas	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/12/2011 (Reapresentado)
Resultado				
(+) Prêmios emitidos		882.505	889.455	885.330
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(16)	(17.144)	(46.880)
(=) Prêmios ganhos	17	882.489	872.311	838.450
(+) Receita com emissão de apólices		3.244	3.159	3.016
(-) Sinistros ocorridos	18 a	(469.120)	(421.565)	(410.716)
(-) Custos de aquisição	18 b	(178.379)	(169.600)	(157.892)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	18 c	(115.079)	(122.033)	(132.748)
(-) Resultado com resseguro		(16.654)	(25.775)	(33.521)
(+) Receita com resseguro		28.015	20.658	15.199
(-) Despesa com resseguro		(44.669)	(46.433)	(48.720)
(-) Despesas administrativas	18 d	(115.649)	(111.689)	(96.302)
(-) Despesas com tributos	18 e	(26.529)	(31.469)	(30.709)
(+) Resultado financeiro	18 f	45.585	47.542	61.437
(=) Resultado operacional		9.908	40.881	41.015
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(46)	4	22
(=) Resultado antes dos impostos e participações		9.862	40.885	41.037
(+/-) Imposto de renda	19	2.318	(4.229)	(4.321)
(+/-) Contribuição social	19	1.361	(2.347)	(2.938)
(-) Participações sobre o lucro	21 e	(1.158)	(1.024)	(1.283)
(=) Lucro líquido do período		12.383	33.285	32.495
(/) Quantidade de ações		18.320	17.576	16.783
(=) Lucro líquido por ação		676	1.894	1.936
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012				
(Valores expressos em milhares de reais)				
		31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	
Lucro líquido do exercício		12.383	33.285	
Outros resultados abrangentes		(11)	21	
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros para venda		(34)	35	
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes		23	(14)	
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos		12.372	33.306	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

continua



CHUBB DO BRASIL

COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ: 33.170.085/0001-05



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital (em aprovação)	Reservas	Lucros	Ajuste com títulos e valores mobiliários (45)	Lucros acumulados	Total
	219.222	8.658	Reavaliação 22	Legal 13.125	Estatutária 124.813	-	365.795
Saldos em 31 de dezembro de 2011							
Aumento de capital							
Portaria Susep nº 4.546 de 18 de abril de 2012	8.658	(8.658)	-	-	-	-	-
Aumento de capital por subscrição realizada (em aprovação)							
AGE de 15 de junho de 2012	-	9.119	-	-	-	-	9.119
Aumento de capital por subscrição realizada (em aprovação)							
AGE de 28 de dezembro de 2012	-	8.617	-	-	-	-	8.617
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	21	21
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	33.285	33.285
Constituição de reserva legal (reapresentado)	-	-	-	1.664	-	(1.664)	-
Constituição de reserva estatutária (reapresentado)	-	-	-	-	10.755	(10.755)	-
Juros sobre o capital	-	-	-	-	-	(20.866)	(20.866)
Resultado referente à reversão de impostos conforme Circular SUSEP 462/2013	-	-	-	-	(2.907)	-	(2.907)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	227.880	17.736	22	14.789	132.661	(24)	393.064
Aumento de capital							
Portaria SUSEP nº 5.163 de 19 de fevereiro de 2013	9.119	(9.119)	-	-	-	-	-
Aumento de capital por subscrição realizada (em aprovação)							
AGE de 30 de junho de 2013	-	8.242	-	-	-	-	8.242
Aumento de capital							
Portaria SUSEP nº 5.486 de 21 de agosto de 2013	8.617	(8.617)	-	-	-	-	-
Aumento de capital							
Portaria SUSEP nº 5.558 de 19 de outubro de 2013	8.242	(8.242)	-	-	-	-	-
Aumento de capital por subscrição realizada (em aprovação)							
AGE de 23 de dezembro de 2013	-	8.445	-	-	-	-	8.445
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.383	12.383
Constituição de reserva legal	-	-	-	619	-	(619)	-
Reversão da reserva estatutária	-	-	-	-	(7.868)	7.868	-
Juros sobre o capital	-	-	-	-	-	(19.632)	(19.632)
Dividendos a pagar prescritos	-	-	-	-	55	-	55
Resultado referente à reversão de impostos conforme Circular SUSEP 462/2013	-	-	-	-	(435)	-	(435)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	253.858	8.445	22	15.408	124.413	(35)	402.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)		31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Atividades operacionais			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.587	26.351
Recebimentos de prêmios de seguro e outros	830.182	817.244	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.940	6.587
Recuperações de sinistros e comissões	15.724	8.383	(Diminuição) nas aplicações financeiras - recursos livres	108.122	(34.956)
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	38.072	32.848	Conciliação entre o lucro líquido e o caixa líquido gerado nas atividades operacionais	12.383	33.285
Pagamentos de sinistros e comissões	(598.541)	(526.530)	Lucro líquido do exercício	6.131	5.684
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(64.605)	(69.915)	Ajuste para conciliar o resultado com o valor das disponibilidades geradas/aplicadas	2	34
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(106.075)	(119.395)	Depreciação e amortização	(11)	21
Pagamentos de despesas e obrigações	(96.450)	(85.562)	Lucro na venda de imobilizado	(2.945)	(3.130)
Outros pagamentos operacionais	(8.913)	(8.038)	Ajuste exercícios anteriores	55	-
Recebimentos de juros e dividendos	-	585	Resultado referente à reversão de impostos e Recálculo dos impostos conforme Circular SUSEP 462/2013	(435)	(2.907)
Constituição de depósitos judiciais	(2.731)	(994)	Variações nos ativos e passivos	(12.533)	(58.976)
Pagamentos de participações nos resultados	(854)	(923)	Variação das aplicações	(417)	(417)
Caixa gerado pelas operações	5.809	47.703	Variação dos créditos das operações com seguros e resseguros	1.887	(7.270)
Impostos e contribuições pagos:			Variação ativos de resseguro	(6.469)	(9.232)
Impostos e contribuições pagos	(41.157)	(55.744)	Variação de títulos e créditos a receber	4.520	(5.380)
Multas e juros pagos	(228)	(360)	Variação dos outros valores e bens	(3.152)	4.983
Investimentos financeiros:			Variação das despesas antecipadas	1.327	1.659
Aplicações	(539.814)	(284.598)	Variação dos custos de aquisição diferidos	(140)	(6.461)
Vendas e resgates	582.407	283.909	Variação dos outros créditos operacionais	(10.330)	(7.213)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	7.017	(9.090)	Variação dos empréstimos e depósitos compulsórios	(31)	-
Atividades de investimento			Variação de contas a pagar	(2.712)	(23.122)
Recebimento pela venda:			Variação dos débitos de operações com seguros e resseguros	(1.607)	(4.289)
Imobilizado	24	-	Variação de depósitos de terceiros	(628)	7.902
Intangível	108	-	Variação das provisões técnicas	20.943	65.212
Pagamento pela compra:			Variação de outros débitos de provisões judiciais	762	110
Imobilizado	(1.088)	(3.965)	Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	7.017	(9.090)
Intangível	(7.708)	(6.709)			
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(8.664)	(10.674)			
(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.647)	(19.764)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Chubb do Brasil Companhia de Seguros (doravante "Companhia") foi constituída em 1845, como uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, inicialmente denominada Argos Fluminense, com sede social e escritório principal localizados na Avenida Maria Coelho de Aguiar, nº 215, no Bloco F, no 4º andar, em São Paulo - SP, e tem como objeto principal a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e pessoas em todo o território nacional, conforme definido na legislação em vigor.

A Companhia é hoje a seguradora mais antiga em operação no Brasil e uma das mais antigas no continente americano. A Chubb do Brasil Companhia de Seguros é uma subsidiária da empresa americana The Chubb Corporation, fundada em 1882, e que hoje está entre as maiores empresas de seguros dos Estados Unidos e do mundo, com operações em 27 países.

A Chubb do Brasil está sob controle de 99,98% da DHC Corporation, e a mesma sob controle de 100% da Chubb Atlantic Indemnity que, em última instância, está sob controle da The Chubb Corporation com sede em Nova Jérsei, EUA.

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram aprovadas em 26 de fevereiro de 2014.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

Em 1º de março de 2013, foi emitida a Circular SUSEP nº 464 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013. Essa Circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga a Circular SUSEP nº 430/12.

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 464/13, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".

Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 464/13, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) está sendo divulgada pelo método direto. A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em ativo ou passivo circulante quando estes atendem as seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses);
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

b) Comparabilidade

As cifras anteriores, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas pela Companhia entre as Circulares nºs 430/12 e 464/13 para efeitos comparativos, sendo que os ajustes/reclassificações decorrentes das diferenças entre as duas normas estão demonstrados a seguir:

Ativo	Circular 430 31/12/2012	Ajustes 430 x 464	Circular 464 31/12/2012
Circulante	843.277	18	843.295
Disponível	6.587	-	6.587
Caixa e bancos	6.587	-	6.587
Aplicações	437.759	-	437.759
Créditos das operações com seguros e resseguros	237.097	298	237.395
Prêmios a receber	222.735	298 (a)	223.033
Operações com seguradoras	7.618	-	7.618
Operações com resseguradoras	6.744	-	6.744
Outros créditos operacionais	28.250	-	28.250
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	36.903	(280) (b)	36.623
Títulos e créditos a receber	16.576	-	16.576
Títulos e créditos a receber	122	-	122
Créditos tributários e previdenciários	13.909	-	13.909
Outros créditos	2.545	-	2.545
Outros valores e bens	11.474	-	11.474
Bens à venda	11.474	-	11.474
Despesas antecipadas	20.931	-	20.931
Custos de aquisição diferidos	47.700	-	47.700
Seguros	47.700	-	47.700
Ativo não circulante	329.324	-	329.324
Realizável a longo prazo	310.465	-	310.465
Aplicações	253.428	-	253.428
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	23.809	-	23.809
Títulos e créditos a receber	19.916	-	19.916
Títulos e créditos a receber	471	-	471
Créditos tributários e previdenciários	7.109	-	7.109
Depósitos fiscais e judiciais	12.336	-	12.336
Empréstimos e depósitos compulsórios	138	-	138
Custos de aquisição diferidos	13.174	-	13.174
Seguros	13.174	-	13.174
Investimentos	42	-	42
Outros investimentos	42	-	42
Imobilizado	6.275	-	6.275
Bens móveis	4.057	-	4.057
Outras imobilizações	2.218	-	2.218
Intangível	12.542	-	12.542
Outros intangíveis	12.542	-	12.542
Total do ativo	1.172.601	18	1.172.619

a) Reclassificação de emissão das parcelas de prêmios antecipados, conforme Circular SUSEP 462/2013.

b) Reversão da provisão complementar de prêmios (PCP), conforme Circular SUSEP 462/2013.

Passivo	Circular 430 31/12/2012	Ajustes 430 x 464	Circular 464 31/12/2012
Circulante	640.951	(417)	640.534
Contas a pagar	49.422	286	49.708
Obrigações a pagar	8.172	-	8.172
Impostos e encargos sociais a recolher	12.724	-	12.724
Encargos trabalhistas	4.055	-	4.055
Impostos e contribuições	11.655	286 (c)	11.941
Outras contas a pagar	12.816	-	12.816
Débitos de operações com seguros e resseguros	82.564	-	82.564
Prêmios a restituir	1.531	-	1.531
Operações com seguradoras	6.767	-	6.767
Operações com resseguradoras	19.086	-	19.086
Corretores de seguros e resseguros	26.920	-	26.920
Outros débitos operacionais	28.260	-	28.260
Depósitos de terceiros	1.818	-	1.818
Provisões técnicas - seguros	507.147	(703)	506.444
Danos	423.580	(86) (a,b)	423.494
Pessoas	83.567	(617) (a,b)	82.950
Passivo não circulante	139.021	-	139.021
Contas a pagar	(12)	-	(12)
Tributos diferidos	(12)	-	(12)
Débitos das operações com seguros e resseguros	3.813	-	3.813
Operações com resseguradores	3.813	-	3.813
Provisões técnicas - seguros	133.833	-	133.833
Danos	103.828	-	103.828
Pessoas	30.005	-	30.005
Outros débitos	1.387	-	1.387
Provisões judiciais	1.387	-	1.387
Patrimônio líquido	392.629	435	393.064
Capital social	227.880	-	227.880
Aumento de capital (em aprovação)	17.736	-	17.736
Reservas de reavaliação	22	-	22
Reservas de lucro	147.015	435 (b)	147.450
Ajuste de avaliação patrimonial	(24)	-	(24)
Total do Passivo	1.172.601	18	1.172.619

a) Reclassificação de emissão das parcelas de prêmios antecipados, conforme Circular SUSEP 462/2013.

b) Reversão da provisão complementar de prêmios (PCP), conforme Circular SUSEP 462/2013.

c) Recálculo dos impostos (IR e CS, PIS e COFINS) na reversão da provisão complementar de prêmios (PCP), conforme Circular SUSEP 462/2013.

Resultado	Circular 430 31/12/2012	Ajustes 430 x 464	Circular 464 31/12/2012
Prêmios emitidos	880.101	9.354 (a)	889.455
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	(18.145)	1.001 (b)	(17.144)
(=) Prêmios ganhos	861.956	10.355	872.311
(+) Receita com emissão de apólices	12.513	(9.354) (a)	3.159
(-) Sinistros ocorridos	(421.565)	-	(421.565)
(-) Custos de aquisição	(169.600)	-	(169.600)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	(122.033)	-	(122.033)
(+) Resultado com resseguro	(25.495)	(280)	(25.775)
(+) Receita com resseguro	20.658	-	20.658
(-) Despesas com resseguro	(46.153)	(280) (b)	(46.433)
(-) Despesas administrativas	(111.689)	-	(111.689)
(-) Despesas com tributos	(31.435)	(34) (c)	(31.469)
(-) Resultado financeiro	47.542	-	47.542
(=) Resultado operacional	40.194	687	40.881
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	4	-	4
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	40.198	687	40.885
(-) IMPOSTO DE RENDA	(4.063)	(166) (c)	(4.229)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.261)	(86) (c)	(2.347)
(-) PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO	(1.024)	-	(1.024)
(=) LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO	32.850	435	33.285
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES	17.576	-	17.576
(=) LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO POR AÇÃO	1.869	-	1.894

a) Reclassificação dos prêmios antecipados e custo de apólice/custo inicial de contratação (CIC), conforme Circular SUSEP 462/2013.

b) Reversão provisão complementar de prêmios (PCP), conforme Circular SUSEP 462/2013.

c) Recálculo dos impostos (IR e CS, PIS e COFINS) na reversão da provisão complementar de prêmios (PCP), conforme Circular SUSEP 462/2013.

c) Continuidade

A administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

d) Base de mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).



CHUBB DO BRASIL

COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ: 33.170.085/0001-05



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

e) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais.

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

f) Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas sobre a ocorrência de eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 I - Contratos de seguros;
- Nota 6 - Aplicações financeiras;
- Nota 7 - Prêmios a receber (provisão de risco de crédito);
- Nota 9 - Custos de Aquisição Diferidos;
- Nota 13 - Provisões técnicas; e
- Nota 15 - Provisões judiciais e administrativas.

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros da Companhia. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e dos atuarias para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas nas respectivas áreas, evolução dos processos, jurisprudência e Instância de julgamento de cada caso específico.

Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos e informações históricas de perdas aplicados para a constituição destas provisões segundo o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Se houver ajustes, estes são efetuados semestralmente.

Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento na data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Parte das aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento, e que não afetam a vinculação com ativos garantidores.

b) Apuração do resultado operacional

Os prêmios de seguros e cosseguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com a emissão do risco.

Os prêmios a receber parceladamente e as respectivas despesas de comercialização são registrados pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras.

As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são ajustados e revertidos quando da emissão da fatura.

As operações de cosseguro aceito e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e das resseguradoras, respectivamente.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial (NTA).

A “Provisão para riscos de créditos” é o valor calculado pela administração para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos. A provisão é calculada com base em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e riscos de inadimplência relativa à prêmios de riscos decorridos vencidos e não pagos.

c) Ativos financeiros

i) Classificação

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

- Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento; e
- Empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos.

Os empréstimos e recebíveis compreendem, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto aos resseguradores e cosseguradoras, que são avaliados periodicamente quanto à sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria “títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado” são apresentados no ativo circulante. Os títulos integrantes da categoria “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os títulos classificados na categoria “disponível para venda” são apresentados no ativo circulante e não circulante de acordo com seu vencimento. As aplicações classificadas nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado” e “disponíveis para venda” são ajustadas, na data do balanço, ao seu valor de mercado.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “mensurados ao valor justo por meio do resultado” são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “disponíveis para venda” são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculadas com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

d) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Os prêmios de seguros também são analisados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada conforme determinado no estudo técnico de inadimplência em atendimento à Circular SUSEP nº 464/2013.

e) Salvados e ressarcimentos

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do ativo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento.

f) Investimentos

Os investimentos são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da provisão para desvalorização.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, móveis e utensílios, benfeitorias em imóveis de terceiros, veículos e equipamentos de uso próprio utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo anteriormente registrado foi utilizado como custo atribuído na adoção das normas homologadas pelo CPC como isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a primeira adoção. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data do balanço. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou ‘parte’ de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela companhia estão divulgadas na Nota 11. O valor residual dos ativos, a vida útil a eles atribuída e os métodos de depreciação dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço.

A administração da Companhia considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela Lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens.

Um ativo imobilizado é baixado por ocasião de sua alienação ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros de seu uso ou alienação. Os ganhos e perdas decorrentes da baixa de um ativo (calculados como a diferença entre o produto líquido da alienação e o valor líquido contábil do ativo) são reconhecidos em “Ganhos ou perdas com ativos não correntes” na demonstração do resultado durante o exercício em que o ativo é baixado.

h) Intangível

O ativo intangível é composto por gastos com desenvolvimento, implantação e aquisição de softwares, que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando são atendidos os critérios de reconhecimento definidos no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável.

E reconhecida uma perda por imparidade (“*impairment*”) no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, devem ser revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por imparidade.

A administração da Companhia avaliou seus ativos não financeiros e não constatou necessidade de registro de imparidade em 31 de dezembro de 2013.

j) Despesas de Comercialização Diferidas (DCD)

Compreende as comissões relativas à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

A DCD é baixada quando da liquidação ou alienação dos respectivos contratos.

k) Provisões técnicas - seguros e resseguros

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “*pro rata die*” e atualizada monetariamente, quando aplicável; ela tem o objetivo de reservar a parcela de prêmios emitidos, mas ainda não ganhos referentes aos riscos que ainda irão decorrer, contados a partir da base de cálculo.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) passou a considerar como data-base para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência do risco, seguindo as definições contidas nas Circulares SUSEP 462/2013 e 464/2013.

Conforme Circular 462/2013, a Companhia constituiu os Custos Iniciais de Contratação (CIC), sendo que a base de cálculo da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) está líquida destes custos.

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-EMITE), representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de projeções de “*run-off*” que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 12 meses.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é realizada com base nas notificações de sinistros, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros.

A provisão de sinistros a liquidar administrativa é destinada à cobertura dos valores a pagar dos sinistros ocorridos e avisados até a data-base das demonstrações financeiras, sendo constituída com base nas notificações de sinistros, caso a caso.

A provisão de sinistros a liquidar judicial é reavaliada periodicamente e contabilizada com base na opinião do departamento jurídico sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda em fatores obtidos a partir do histórico da Companhia, calculados levando em consideração a probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e a natureza do processo judicial.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) deve ser constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros.

Também é constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Companhia Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio.

A provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é calculada conforme estudos técnicos atuariais, efetuados por atuarió externo, com base no histórico de sinistros avisados até a data das demonstrações financeiras.

Desde 2010, a Companhia vem complementando a provisão de sinistros a liquidar (PSL), que passou a ser registrada com base em cálculos estatístico-atuariais para equacionar o déficit técnico da mesma. O procedimento foi realizado conforme determinado pela NPC 12 - Práticas Contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e correção de erros e o valor foi registrado no Resultado da Companhia na Rubrica “IBNER”, conforme demonstrado nas Notas 13 e 18.

A provisão complementar de prêmios (PCP) foi integralmente revertida em fevereiro de 2013, conforme permitido no artigo 37 da Circular SUSEP 462 de 31 de janeiro de 2013.

l) Classificação dos contratos de seguros e de investimento

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro.

Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

m) Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Conforme Circular SUSEP nº 457, de 14/12/2012, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro.

Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalculr o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP nº 457, de 14/12/2012, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos e, posteriormente, entre seguros de danos e seguros de pessoas, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros e despesas, mensurados na data-base de dezembro de 2013, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTVJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2013 foram, em média, as seguintes:

Seguro de Danos - 51,95%

Seguro de Pessoas - 25,35%

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, data-base de 31/12/2013, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/2012.

n) Resseguro

Os contratos de resseguro são classificados como contratos de seguro, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos.

As operações de resseguro mantidas com o IRB Brasil Resseguros S.A. são contabilizadas com base nos movimentos operacionais e financeiros enviados pelo IRB e as operações mantidas com outros resseguradores são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado.

Os ativos de resseguro representam saldos devidos pelas companhias resseguradoras. Os valores a recuperar de resseguradoras são estimados de forma condizente com a provisão para sinistros a liquidar ou sinistros liquidados relativos às políticas da resseguradora, e estão em conformidade com os respectivos contratos de resseguros.

Os passivos de resseguro representam os saldos devidos às resseguradoras. Os valores a pagar são estimados de forma condizente com o respectivo contrato de resseguro.

As comissões a receber sobre contratos de resseguro passivo são diferidas e amortizadas pelo método linear, ao longo do prazo da expectativa dos prêmios a pagar.

Os prêmios e sinistros são apresentados pelo valor bruto, tanto para resseguro cedido como assumido.

Os ativos e passivos de resseguro são baixados quando da extinção ou vencimento dos direitos contratuais ou da transferência do contrato para outra parte.

o) Passivos não financeiros

Compreende substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo “Débitos de operações com seguros e resseguros” que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

p) Passivo circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases “*pro rata die*”) incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular SUSEP nº 464/13, sendo classificados nas seguintes categorias:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

r) Benefícios aos empregados

Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado.

Obrigações por aposentadorias

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso o Banco Santander S.A. e o Banco Itaú S.A.; e para o qual não há obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados aos empregados.

Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

Benefícios pós-emprego

A Companhia possui ainda um programa de benefícios para ex-executivos, que compreende o pagamento de um plano de saúde e seguro de vida vitalício.

Para este plano, a Companhia efetuou estudo técnico atuarial em conjunto com seus atuários externos, que está em conformidade com as regras do Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009. Vide maiores detalhes na Nota Explicativa nº 21 (c).

s) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável no exercício excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.



CHUBB DO BRASIL

COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ: 33.170.085/0001-05



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

u) Informações por segmento de negócios

A apresentação por segmentos de negócios (vide Nota Explicativa nº 17) leva em consideração a estrutura utilizada pela administração na análise de resultado para a tomada das decisões, na composição e apresentação dos segmentos em relatórios internos, com características, riscos e retornos semelhantes entre eles, e a relevância dessas informações.

v) Resultado por ação

O lucro por ação da Companhia, para os exercícios de 2013, 2012 e 2011 é calculado pela divisão da quantidade de ações emitidas e sem valor nominal. O cálculo do lucro por ação é demonstrado na tabela apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Lucro líquido do exercício	12.383	33.285	32.495
Quantidade de ações	18.320	17.576	16.783
Lucro líquido por ação	676	1.894	1.936

4. Gerenciamento de riscos

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco financeiro;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados.

A Companhia dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

i) Conselho de administração

Supervisiona o gerenciamento de riscos da Companhia, mantendo-se em conformidade com a política de aceitação e exposição a riscos determinada pela matriz nos Estados Unidos e pelo Comitê de Governança Corporativa, Riscos e Compliance.

ii) Comitê de Governança Corporativa, Riscos e Compliance

É composto por executivos da Companhia e é responsável por:

- Estabelecer e divulgar padrões, bem como disseminar a cultura de Governança, Gerenciamento de Riscos e Compliance;
- Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos;
- Reportar à alta administração e ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes;
- Alinhar a política de aceitação e exposição a riscos com a estratégia da Companhia.

iii) Diretorias

São responsáveis - por meio de monitoramento e cumprimento de políticas internas - por estabelecer controles internos e procedimentos para garantir que os limites ou determinadas exposições aos riscos no dia a dia dos negócios não sejam excedidos.

iv) Departamento de controles internos

É responsável por auxiliar as diretorias no processo de gerenciamento de riscos empregando metodologia para a identificação, avaliação e tratamento dos riscos.

v) Auditoria interna

É responsável por avaliar e propor melhorias à estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia de forma independente.

Sistema de controles internos e gerenciamento de riscos

A Companhia integrou os controles internos e o gerenciamento de riscos em seus processos de negócio. A metodologia utilizada pela Companhia para elaboração, implantação e manutenção do sistema de controles internos e gerenciamento de riscos têm levado em consideração a estrutura de trabalho definida pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) que consiste nos seguintes componentes:

Ambiente interno - compreende o ambiente interno da Companhia e fornece a base pela qual os riscos são identificados e abordados pelo seu pessoal, inclusive a filosofia de gerenciamento de riscos, a política de aceitação e exposição a riscos, a integridade e os valores éticos, além do ambiente em que estão.

Fixação de objetivos - os objetivos devem existir antes que a administração possa identificar os eventos em potencial que poderão afetar a sua realização. O gerenciamento de riscos corporativos assegura que a administração disponha de um processo implementado para estabelecer os objetivos que propiciem suporte e estejam alinhados com a missão da Companhia e sejam compatíveis com a sua política de aceitação e exposição a riscos.

Identificação de eventos - os eventos internos e externos que influenciam o cumprimento dos objetivos da Companhia devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades. Essas oportunidades são canalizadas para os processos de estabelecimento de estratégias da administração ou de seus objetivos.

Avaliação de riscos - os riscos são analisados, considerando-se a sua probabilidade e impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados. Esses riscos são avaliados quanto à sua condição de inerentes e residuais.

Resposta a risco - a administração responde aos riscos desenvolvendo uma série de medidas para alinhar os riscos com a tolerância e com a sua política de aceitação e exposição a riscos.

Atividades de controle - políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia.

Informações e comunicações - as informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas de forma que permitam que cumpram suas responsabilidades no prazo. A comunicação eficaz também ocorre em um sentido mais amplo, fluindo em todos níveis da Companhia.

Monitoramento - a integridade da gestão de riscos corporativos é monitorada e são feitas as modificações necessárias. O monitoramento é realizado por meio de atividades gerenciais contínuas ou avaliações independentes ou de ambas as formas.

a) Risco de subscrição

A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Esse risco é influenciado pelos seguintes fatores:

- Frequência e severidade dos sinistros;
- Benefícios efetivamente pagos; e
- Histórico dos sinistros de longo prazo.

Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para si é o risco de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimadas, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

Estrutura de avaliação dos riscos de subscrição por ramos

Os setores da Companhia responsáveis pela avaliação do risco de subscrição são: diretoria de patrimônio empresarial, diretoria de patrimônio pessoal, diretoria de seguro de vida e acidentes pessoais, diretoria financeira, diretoria de sinistros, gerência de riscos financeiros e gerências de filiais. Além disso, fazem parte desse processo de avaliação os executivos da Matriz e o atuário externo.

(i) A Diretoria de patrimônio empresarial, a Diretoria de seguro de vida e acidentes pessoais, a Diretoria de patrimônio pessoal e a Superintendência de riscos Financeiros avaliam os riscos inerentes à criação de novos produtos. Acompanham a evolução das carteiras, analisando os índices de crescimento de vendas, sinistralidade e rentabilidade, bem como determinando os limites e os resultados. Administram as atividades da área de subscrição de risco, definindo os aspectos técnicos, operacionais e comerciais. Acompanham o desenvolvimento de novos produtos, apoiando tecnicamente sua formatação e seu desenvolvimento comercial.

(ii) A Diretoria financeira avalia as provisões técnicas em conjunto com o atuário externo.

(iii) As Gerências de filiais decidem sobre a aceitação de riscos e as condições comerciais, em conformidade com os padrões definidos pela Companhia e com as características específicas da região de atuação.

(iv) A Diretoria de sinistros executa a regulação dos sinistros avisados, registra e acompanha as reservas de sinistros, atentando-se para as condições contratadas pelo segurado.

Ferramentas utilizadas para redução do risco

De forma a reduzir a exposição ao risco de subscrição, a Companhia procura a diversificação de sua carteira e da área geográfica em que atua, bem como faz a sua distribuição por múltiplos canais de distribuição. A Companhia também adota uma seleção criteriosa de aceitação de riscos por meio de diretrizes sobre a estratégia de subscrição.

Em adição às ferramentas acima relacionadas, a Companhia realiza operações com resseguradoras como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. A maior parte de resseguro proporcional corresponde à cota de resseguro contratada para reduzir a exposição da Companhia a determinadas classes de negócios. Resseguro não proporcional corresponde basicamente ao repasse de excedentes para reduzir a exposição líquida da Companhia a danos por catástrofes. Os limites de retenção para o resseguro de excedente variam dependendo da linha de produto e território.

Concentração de riscos

As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos de seguros vendidos por localidade e linha de negócio. Estes relatórios apontam se existem ações corretivas a serem aplicadas em determinada região e/ou linha de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

Nestes quadros não foram considerados os valores de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (RVNE), Custos Iniciais de Contratação (CIC) e Retrocessões Aceitas, no montante de R\$ 16.200 (R\$ 1.519 em 31 de dezembro de 2012).

Distribuição de prêmio bruto de resseguro										
31 de dezembro 2013										31 de dezembro 2012
Região Geográfica	Automóvel	%	Pessoas	%	Demais Ramos	%	DPVAT	%	Total	%
Centro-Oeste	19.988	68	2.079	7	2.973	10	4.526	15	29.566	100
Nordeste	66	1	—	0	327	4	8.564	96	8.957	100
Norte	5	0	—	0	2	0	2.670	100	2.677	100
Sudeste	256.514	38	196.453	29	197.095	29	28.585	4	678.647	100
Sul	96.646	66	13.938	10	23.056	16	10.268	7	148.458	100
Total	373.219	43	212.470	25	226.003	26	54.613	6	866.305	100

A distribuição regional dos riscos atende à política de subscrição da Companhia.

Distribuição de prêmio líquido de resseguro										
31 de dezembro 2013										31 de dezembro 2012
Região Geográfica	Automóvel	%	Pessoas	%	Demais Ramos	%	DPVAT	%	Total	%
Centro-Oeste	19.967	69	2.040	7	2.615	9	4.526	16	29.148	100
Nordeste	66	1	—	0	327	4	8.564	96	8.957	100
Norte	5	0	—	0	2	0	2.670	100	2.677	100
Sudeste	254.618	40	191.595	30	163.583	26	28.585	4	638.381	100
Sul	96.403	67	13.713	10	23.056	16	10.268	7	143.440	100
Total	371.059	45	207.348	25	189.583	23	54.613	7	822.603	100

Distribuição de prêmio de resseguro										
31 de dezembro 2013										31 de dezembro 2012
Região Geográfica	Automóvel	%	Pessoas	%	Demais Ramos	%	DPVAT	%	Total	%
Centro-Oeste	21	5	39	9	358	86	—	0	418	100
Nordeste	—	0	—	0	—	0	—	0	—	100
Norte	—	0	—	0	—	0	—	0	—	100
Sudeste	1.896	5	4.858	12	33.512	83	—	0	40.266	100
Sul	243	8	225	7	2.550	84	—	0	3.018	100
Total	2.160	5	5.122	12	36.420	83	—	0	43.702	100

Abaixo demonstramos a distribuição do prêmio, por moeda de face do contrato, para os exercícios de 2013 e 2012:

		Prêmio bruto		Prêmio líquido	
2013	Real	834.679	96%	798.731	97%
	Dólar	31.626	4%	23.872	3%
	Total	866.305	100%	822.603	100%
2012	Real	849.636	96%	809.244	97%
	Dólar	38.300	4%	28.604	3%
	Total	887.936	100%	837.848	100%

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Companhia.

Um exemplo disso é que apesar de a Companhia realizar operações de resseguro, ela não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao seguro cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro.

Uma das formas mais utilizadas pelo mercado na determinação dos limites de risco de crédito é a utilização dos *ratings* conferidos à contraparte por uma agência avaliadora - tal como Standard & Poor's e Moody's.

O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos:

- (i) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- (ii) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento;
- (iii) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e
- (iv) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes.

Ferramentas utilizadas para redução do risco

Para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas, a Companhia adota a estratégias de repasse de risco às resseguradoras. As resseguradoras, por sua vez, são sujeitas a um processo de análise de risco de crédito feita pela Matriz para garantir que os objetivos de mitigação de riscos de seguros e de crédito sejam atingidos. Este processo iniciou-se com a abertura do mercado de resseguros em 2008.

Abaixo demonstramos a avaliação de rating das resseguradoras que operam com a Companhia:

2013			
Resseguradora	Classe	Rating	Agência avaliadora
Terra Brasis Resseguradora S.A.	Local	N/A	N/A
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	A-	A.M Best
Mapfre RE do Brasil Cia. de Resseguros	Local	AA	Standard & Poor's
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	Aaa	Moody's
Ace Resseguradora S.A.	Local	N/A	N/A
Swiss Re Brasil	Local	N/A	N/A
J.Malucelli Resseguradora S/A	Local	A	Fitch
Federal Insurance Company	Admitida	A++	A.M Best
Hannover Ruckversicherung AG	Admitida	AA-	Standard & Poor's
Lloyd's	Admitida	A+	Standard & Poor's
Swiss Re America Corporation	Admitida	A+	A.M Best
General Reinsurance AG	Admitida	AA+	A.M Best
Transatlantic Reinsurance Company	Admitida	A	A.M Best

2012			
Resseguradora	Classe	Rating	Agência avaliadora
IRB Brasil Resseguros S/A	Local	N/A	N/A
Mapfre RE do Brasil Cia. de Resseguros	Local	AA	Standard & Poor's
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	Aaa	Moody's
Ace Resseguradora S.A.	Local	N/A	N/A
J.Malucelli Resseguradora S/A	Local	A+	Fitch
Chartis Resseguros Br	Local	N/A	N/A
Federal Insurance Company	Admitida	A++	A.M Best
Hannover Ruckversicherung AG	Admitida	AA-	Standard & Poor's
Lloyd's	Admitida	A+	Standard & Poor's
Swiss Re America Corporation	Admitida	A+	A.M Best
General Reinsurance AG	Admitida	A++	A.M Best
Transatlantic Reinsurance Company	Admitida	A	A.M Best
Scor Reinsurance Company	Admitida	A+	Standard & Poor's

Gradualmente, a alocação de resseguro da Companhia passou a ser feita de forma diversificada, não dependendo de uma única resseguradora e as operações não dependem substancialmente de um único contrato de resseguro, sendo estes contratos de formas variadas, tais como: excedente de danos, cota, catástrofe, excedente de responsabilidade e facultativos.

Os ativos do resseguro totalizam R\$ 66.901 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 60.432 em 31 de dezembro de 2012).

Demonstramos a seguir os mapas de contratos de resseguro, por tipo de contrato:

(i) Contratos proporcionais

31 de dezembro de 2013				
Ramo de seguro	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos em resseguro	% Ressegurado	
Automóvel	373.540	1.241	0,33	
Pessoas	242.685	4.465	1,84	
Demais ramos	253.238	26.393	10,42	
Total	869.463	32.099	3,69	

31 de dezembro de 2012				
Ramo de seguro	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos em resseguro	% Ressegurado	
Automóvel	351.673	1.148	0,33	
Pessoas	285.930	3.891	1,36	
Demais ramos	262.767	30.785	11,72	
Total	900.370	35.824	3,98	

Para os contratos proporcionais e facultativos participam os resseguradores: IRB, Mapfre, Lloyd's, Transatlantic, Munich Re, Swiss Re, Federal, J.Malucelli, Terra Brasis e Hannover. Desta forma, a Companhia pulveriza seus riscos.

(ii) Contratos não proporcionais

31 de dezembro de 2013						
Ramos e grupo de ramos	Tipo de resseguro	Prioridade	Cobertura - R\$			
			R\$	1º Faixa	2º Faixa	3º Faixa
16/18/41/67/71/96	ED	5.000	5.000 XS 5.000	15.000 XS 10.000	25.000 XS 25.000	—
14	ED	1.000	4.000 XS 1.000	5.000 XS 5.000	—	—
31	ED	2.500	2.500 XS 2.500	5.000 XS 5.000	15.000 XS 10.000	—
53	ED	500	3.000 XS 500	6.500 XS 3.500	—	—
77/82/93	ED	1.500	1.500 XS 30.000	—	—	—
51	ED	1.000	4.000 XS 1.000	5.000 XS 5.000	10.000 XS 10.000	—
21/22/54/55/56	ED	500	2.000 XS 500	2.500 XS 2.500	5.000 XS 5.000	10.000 XS 10.000
28/33	ED	1.500	3.500 XS 1.500	5.000 XS 5.000	40.000 XS 10.000	—

31 de dezembro de 2012	
------------------------	--

**CHUBB**
SEGUROS**CHUBB DO BRASIL**
COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ: 33.170.085/0001-05

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Valores expressos em milhares de reais)

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros da Companhia, distribuídos por *rating* de crédito com base na escala nacional equivalente da Standard & Poor's:

Standard & Poor's - Escala Nacional										
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	brAAA	brAA+	brAA	brAA-	brA+	brA	brA-	Sem rating	Saldo contábil 31/12/2013	
Ativo circulante										
Títulos para negociação										
Títulos de renda fixa										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	49.704	—	—	—	—	—	—	—	49.704	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	170.839	—	—	—	—	—	—	—	170.839	
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	70.208	—	—	—	—	—	—	—	70.208	
Quotas de fundos de investimentos	62.922	178	75	38	21	24	13	—	63.271	
Outros ativos financeiros	—	—	—	—	—	—	—	154	154	
Títulos para venda										
Certificado de Depósito Bancário - CDB	21.343	—	—	—	—	—	—	—	21.343	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	175.190	—	—	—	—	—	—	—	175.190	
Ativo não circulante										
Títulos disponíveis para venda										
Títulos de renda fixa										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	99.059	—	—	—	—	—	—	—	99.059	
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	31.307	—	—	—	—	—	—	—	31.307	
Letras Financeiras - LF	22.645	—	—	—	—	—	—	—	22.645	
Exposição máxima ao risco de crédito	703.217	178	75	38	21	24	13	154	703.720	
Standard & Poor's - Escala Nacional										

Standard & Poor's - Escala Nacional									Saldo
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	brAAA	brAA+	brAA	brAA-	brA+	brA	brA-	Sem rating	contábil 31/12/2012
Ativo circulante									
Títulos para negociação									
Títulos de renda fixa									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	202.424	—	—	—	—	—	—	—	202.424
Letras do Tesouro Nacional - LTN	145.055	—	—	—	—	—	—	—	145.055
Quotas de fundos de investimentos	88.625	538	670	261	40	27	—	—	90.161
Outros ativos financeiros	—	—	—	—	—	—	—	119	119
Ativo não circulante									
Títulos disponíveis para venda									
Títulos de renda fixa									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	253.428	—	—	—	—	—	—	—	253.428
Exposição máxima ao risco de crédito	689.532	538	670	261	40	27	—	119	691.187

Os ativos classificados nas categorias inferiores à "brAAA" representam apenas 0,07% (0,24% em 2012) do total dos ativos financeiros e são compreendidos, substancialmente, por ativos contidos nos fundos de investimento em que a Companhia aplica. Desta forma, pode-se verificar que a carteira de investimentos demonstra baixíssimo risco.

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros da Companhia, distribuídos por faixa de vencimento:

	Sem vecto.	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total	Saldo contábil 31/12/2013
Ativos financeiros								
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro								
Ativos pré-fixados								
Públicos	—	170.839	—	—	—	—	170.839	170.839
Ativos pós-fixados								
Públicos	—	—	107.126	141.220	177.122	—	425.468	425.468
Privados	—	21.343	—	—	22.645	—	43.988	43.988
Fundos de investimentos	63.271	—	—	—	—	—	63.271	63.271
Outros ativos financeiros	154	—	—	—	—	—	154	154
Prêmios a receber de segurados	—	210.215	10.554	1.998	1.768	—	224.535	224.535
Valores a receber de operações de seguros e resseguros								
Ativos de resseguro	10.973	—	—	—	—	—	10.973	10.973
Caixa e equivalentes de caixa	66.901	—	—	—	—	—	66.901	66.901
Total de ativos financ. e ativos com contratos de seguro	4.940	—	—	—	—	—	4.940	4.940
Total	146.239	402.397	117.680	143.218	201.535	—	1.011.069	1.011.069

	Sem vecto.	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total	Saldo contábil 31/12/2012
Ativos financeiros								
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro								
Ativos pré-fixados								
Públicos	—	145.055	—	—	—	—	145.055	145.055
Ativos pós-fixados								
Públicos	—	—	107.738	48.757	164.621	134.736	455.852	455.852
Fundos de investimentos	90.161	—	—	—	—	—	90.161	90.161
Outros ativos financeiros	119	—	—	—	—	—	119	119
Prêmios a receber de segurados	—	213.039	6.493	1.672	1.829	—	223.033	223.033
Valores a receber de operações de seguros e resseguros								
Ativos de resseguro	14.362	—	—	—	—	—	14.362	14.362
Caixa e equivalentes de caixa	60.432	—	—	—	—	—	60.432	60.432
Total de ativos financ. e ativos com contratos de seguro	6.587	—	—	—	—	—	6.587	6.587
Total	171.661	358.094	114.231	50.429	166.450	134.736	995.601	995.601

A Companhia está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos pelos diversos ativos e passivos inerentes ao seu negócio. Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros são:

(i) Risco de crédito (vide item 4b);

(ii) Risco de mercado; e

(iii) Risco de liquidez.

Risco de mercado

O controle do risco de mercado é realizado por meio do mapeamento de eventuais atividades expostas a esse tipo de risco. Essas exposições são mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, e os respectivos planos de mitigação são devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo é realizado de forma corporativa e é definido por meio de diretrizes e procedimentos de investimentos internos, cujo conteúdo é elaborado, aprovado e revisado conjuntamente por áreas autorizadas locais, da América Latina e da Matriz.

Definição de limites

Da mesma forma como ocorre com o gerenciamento de risco de mercado, a definição de limites, de acordo com as características de cada operação, é determinada por meio de políticas de investimentos devidamente validadas em conjunto por estruturas locais da América Latina e da Matriz.

Visando mitigar o risco de mercado, atualmente a carteira da Companhia é composta por títulos públicos federais vinculados a taxas pós-fixadas (SELIC), títulos públicos federais pré-fixados de curto prazo, considerando a data do vencimento, títulos públicos atrelados ao índice de inflação (IPCA) e fundos de investimentos referenciados à taxa de Depósito Interbancário (DI) e renda fixa, todos com alto grau de liquidez. Dentro da mesma estratégia de redução de risco de mercado, o restante da carteira é formada por títulos privados atrelados à variação da taxa DI e emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Para essas operações, o objetivo não é obter ganhos de curto prazo através de oscilações de mercado, mas sim a manutenção de uma carteira diversificada de ativos financeiros que atenda as necessidades específicas demandadas pelo tipo de negócio e que esteja em conformidade com as definições específicas das políticas de investimentos da Companhia, conciliando os aspectos de risco e retorno.

Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros com exposição a variações de taxas de câmbio.

A metodologia utilizada para a análise de risco dos ativos financeiros leva em consideração: (i) A capacidade da redução dos ativos por meio das oscilações de seus preços (risco de mercado); e (ii) Uma visão sobre o risco de crédito, baseada na probabilidade de inadimplência por parte dos emissores dos ativos financeiros.

Para efeito do cálculo de risco, os critérios de medição específicos são:

Risco de mercado: Estudo sobre as variações dos ativos, onde se encontrará o valor exposto ao risco ("ValueatRisk - VAR") de uma carteira, e é uma probabilidade percentual, em um determinado tempo, de que determinado valor de prejuízo não será provavelmente superado.

Risco de crédito: Será observada a classificação pública de crédito ou o conceito de "rating" definido pelas agências classificadoras Moody's e Standard & Poor's.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

• Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo;

• Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;

• Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Avaliação por níveis			Saldo contábil
	Nível 1	Nível 2	Sem Nível	31/12/13
Ativo circulante				
Títulos de renda fixa				
Títulos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	49.704	—	—	49.704
Letras do Tesouro Nacional - LTN	170.839	—	—	170.839
Notas do Tesouro Nacional - Série B -NTN-B	70.208	—	—	70.208
Quotas de fundos de investimentos	63.271	—	—	63.271
Outros ativos financeiros	—	—	154	154
Títulos disponíveis para venda				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	—	21.343	—	21.343
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	175.190	—	—	175.190
Ativo não circulante				
Títulos disponíveis para venda				
Títulos de renda fixa				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	99.059	—	—	99.059
Notas do Tesouro Nacional - Série B -NTN-B	31.307	—	—	31.307
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	22.645	—	22.645
Exposição máxima ao risco de crédito	659.578	43.988	154	703.720

Avaliação por níveis				Saldo contábil
	Nível 1	Nível 2	Sem Nível	31/12/12
Composição da carteira por classe e por categoria contábil				
Ativo circulante				
Títulos para negociação				
Títulos de renda fixa				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	202.424	—	—	202.424
Letra do Tesouro Nacional - LTN	145.055	—	—	145.055
Quotas de fundos de investimentos	90.161	—	—	90.161
Outros ativos financeiros	—	—	119	119

Ativo não circulante					Saldo contábil	
Títulos disponíveis para venda					Títulos de renda fixa	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT					253.428	—
Exposição máxima ao risco de crédito					691.068	—

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados de acordo com o nível 3. Os ativos financeiros marcados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 como "sem nível" referem-se a conta de "Resseguradores - retenções remuneradas de provisão de sinistros".

O valor de mercado dos títulos públicos federais está atrelado ao "preço unitário de mercado", disponível na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA nas datas dos balanços. As quotas de fundos de investimentos foram calculadas a partir do valor da quota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

Análise de sensibilidade - ativos financeiros

Considerando que a carteira da Companhia está 61,28% alocada no parâmetro DI/SELIC e o restante em taxas pré-fixadas e índice de inflação (IPCA) a curto prazo, na presente análise de sensibilidade foram considerados: (i) o risco de crédito para títulos de emissão do Tesouro e emissão privada, através da aplicação de um fator de desconto por "rating" baseado na classificação da Standard & Poor's; (ii) o risco de mercado dos ativos financeiros, através do cálculo do ValueatRisk (VAR) da carteira para o prazo de 1 dia com nível de confiança de 95%; e (iii e iv) risco de oscilação do valor justo dos títulos vinculados totalmente ou parcialmente a taxas pré-fixadas de emissão do Tesouro, decorrentes de variações de taxas de juros positivas ou negativas de 2 pontos percentuais.

O teste de sensibilidade considera os efeitos isolados de cada fator de risco. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base do balanço.

A tabela a seguir apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o patrimônio líquido e o resultado do exercício:

	Impacto percentual		Impacto no patrimônio líquido		Impacto no resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
(i) Fator de desconto por "rating"	-0.0061%	-0.0101%	(39)	(61)	(39)	(61)
(ii) Value at Risk (VAR)	-0.2310%	-0.0469%	(1.497)	(301)	(1.497)	(301)
(iii) Variação da taxa de juros em + 2 ps.p.	-0.2568%	0.0283%	(1.664)	41	(1.664)	(41)
(iv) Variação da taxa de juros em - 2 ps.p.	0.2669%	0.0283%	1.729	41	1.729	41

Em termos gerais, em 31 de dezembro de 2013 a incidência de fatores redutores aplicados ao risco de crédito, ao risco de mercado e ao risco de oscilação de taxas de juros produzirá uma perda máxima individual por fator de risco de 0,26% em relação ao total dos ativos financeiros mantidos pela Companhia.

Salientamos ainda que o risco somente foi aplicado à carteira de investimentos de administração própria, não contemplando as aplicações de gestão da Seguradora Líder (DPVAT).

c) Análise de sensibilidade - seguros

Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela seguradora.



CHUBB
SEGUROS

CHUBB DO BRASIL
COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ: 33.170.085/0001-05



Você tem com quem contar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

6. Aplicações financeiras

Demonstramos, a seguir, a composição do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31/12/2013					31/12/2012				
	Valor investimento atualizado	Ajuste mercado	Valor de mercado	% Taxa de juro aplicado	% Taxa de juro	Valor investimento atualizado	Ajuste mercado	Valor de mercado	% Taxa de juro aplicado	% Taxa de juro
Ativos financeiros disponíveis para negociação										
Fundos de investimento	63.271	–	63.271	9%	Ref. DI	90.161	–	90.161	13%	Ref. DI
Títulos de renda fixa										
Certificado de Depósito Bancário - CDB	21.343	–	21.343	3%	CDI	–	–	–	N/A	N/A
Letras financeiras do tesouro - LFT	49.696	8	49.704	7%	SELIC	153.678	(11)	153.667	22%	SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	170.845	(6)	170.839	24%	Pré	145.054	1	145.055	21%	Pré
Notas do tesouro Nacional - Série B -NTN-B	70.918	(710)	70.208	10%	IPCA	–	–	–	–	–
Outras aplicações	154	–	154	0%	Pré	119	–	119	0%	Pré
Total disponível para negociação	376.227	(708)	375.519	53%		389.012	(10)	389.002	56%	
Ativos financeiros disponíveis para venda										
Fundos abertos										
Títulos de renda fixa										
Letras financeiras do tesouro - LFT	274.239	10	274.249	39%	SELIC	302.226	(41)	302.185	44%	SELIC
Notas do tesouro Nacional - Série B -NTN-B	31.375	(68)	31.307	4%	IPCA	–	–	–	N/A	N/A
Letras financeiras - LF	22.645	–	22.645	3%	CDI	–	–	–	N/A	N/A
Total disponível para venda	328.259	(58)	328.201	47%		302.226	(41)	302.185	44%	
Total dos ativos financeiros	704.486	(766)	703.720	100%		691.238	(51)	691.187	100%	

As “Outras aplicações” referem-se, basicamente, à conta “Resseguradores - retenções remuneradas de provisões de sinistros” no montante de R\$ 154 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 119 em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 não houve reclassificação entre as categorias de títulos e valores mobiliários.

Demonstramos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012

(+) Aplicações	691.187
(–) Resgates	549.734
(+) Outras Aplicações	(588.355)
(–) Re-classificação títulos DPVAT	36
(+/-) Ajustes a valor de mercado	(2.917)
(+) Rendimentos	(716)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	703.720

a) Determinação do valor justo

Em razão dos ativos financeiros da Companhia encontrarem-se majoritariamente alocados no padrão CDI/SELIC, os valores contábeis já estão registrados a mercado, ou seja, pelo valor justo dos ativos.

A avaliação dos ativos financeiros pela hierarquia dos níveis está demonstrada na nota explicativa nº 4c.

b) Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas estão compostos por títulos públicos de renda fixa conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Total das provisões técnicas	538.706	529.783
(–) Despesas de comercialização na modalidade extensão de garantia de seguro - garantia estendida conf. Art. 6º da Circular SUSEP nº 461/13	–	–
(–) Depósitos judiciais	8.115	7.718
(–) Direitos Creditórios	67.571	60.536
Total a ser coberto	463.020	461.529
Ativos dados em garantia das provisões técnicas títulos de renda fixa - públicos	470.194	538.929
Suficiência - \$	7.174	77.401
Suficiência - %	1,55%	16,77%

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 não haviam contratos envolvendo operações de “swap”, opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Companhia.

7. Prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. O prazo médio de parcelamento dos prêmios diretos da Companhia é de três meses.

Adicionalmente a Companhia avalia periodicamente os valores registrados na rubrica “11319 - Redução ao valor recuperável” e mantém atualizado um estudo técnico sobre inadimplência onde são demonstrados os critérios utilizados para o cálculo da provisão ao valor recuperável na Companhia. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ (3.134) (R\$ (3.171) em 31 de dezembro de 2012).

O quadro a seguir demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013:

Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2012	223.033
(+) Prêmios emitidos totais	1.285.370
(–) Recebimentos e cancelamentos	(1.283.868)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2013	224.535

A composição dos prêmios a receber por decurso de prazo está demonstrada na Nota Explicativa nº 4c.

Abaixo segue a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	(3.171)
Redução na provisão	37
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.134)

8. Outros valores e bens

Apresentamos abaixo a abertura dos bens à venda (“salvados”) por ramo e por faixa de vencimento:

	31/12/2013								
	Vencidos de 1 a 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Vencidos de 91 a 120 dias	Vencidos de 121 a 150 dias	Vencidos de 151 a 180 dias	Vencidos de 181 a 365 dias	Vencidos a mais	Total geral
Ramo									
Automóvel	1.032	3.185	1.343	1.645	705	419	2.039	3.329	13.697
Transporte	–	–	–	–	1	307	1	93	437
Demais ramos	–	–	–	–	1	–	–	17	72
Total geral	1.032	3.185	1.343	1.647	1.012	420	2.149	3.838	14.626

	31/12/2012								
	Vencidos de 1 a 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Vencidos de 91 a 120 dias	Vencidos de 121 a 150 dias	Vencidos de 151 a 180 dias	Vencidos de 181 a 365 dias	Vencidos a mais	Total geral
Ramo									
Automóvel	1.353	1.595	2.178	873	391	314	1.412	2.588	10.704
Transporte	28	–	1	–	57	189	224	157	656
Demais ramos	–	–	–	–	–	–	8	106	114
Total geral	1.381	1.595	2.179	873	448	503	1.644	2.851	11.474

9. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedecem o risco de vigência dos contratos de seguros.

Grupo de ramos	31/12/2013	31/12/2012
Automóvel	33.134	33.948
Pessoas	13.402	13.238
Demais ramos	14.478	13.688
Total	61.014	60.874

10. Créditos tributários e previdenciários

Ativo circulante	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda	2.781	7.465
Contribuição social a compensar	1.576	3.948
Outros créditos tributários	4.949	2.496
Subtotal	9.306	13.909
Ativo não circulante		
Imposto de renda	6.430	4.443
Contribuição social	4.056	2.666
Subtotal	10.486	7.109
Total	19.792	21.018

31/12/2013			
Base de Cálculo	IRPJ - 25%	CSLL - 15%	
Provisão PLR/bônus empregados	5.967	1.492	895
Provisão despesa de comercialização	5.138	1.285	771
Provisão devedores duvidosos	3.134	783	470
Provisão para indenizações trabalhistas	2.979	745	447
Outras provisões	4.441	1.110	666
Prejuízo Fiscal IRPJ	4.002	1.000	–
Prejuízo Fiscal CSLL	5.321	–	798
Total constituído IRPJ	25.661	6.415	–
Total constituído CSLL	26.980	–	4.047

31/12/2012			
Base de Cálculo	IRPJ - 25%	CSLL - 15%	
Provisão PLR/bônus empregados	3.609	902	541
Provisão despesa de comercialização	4.534	1.134	680
Provisão devedores duvidosos	3.171	793	476
Provisão para indenizações trabalhistas	3.265	816	490
Outras provisões	3.184	796	477
Prejuízo fiscal IRPJ	–	–	–
Prejuízo fiscal CSLL	–	–	–
Total constituído IRPJ	17.763	4.441	–
Total constituído CSLL	17.763	–	2.664

Base		31/12/2013	31/12/2012
Ajuste de títulos e valores a mercado	(58)	(40)	
Imposto de renda (25%)	(15)	(10)	
Contribuição social (15%)	(9)	(6)	
Total	(24)	(16)	

O imposto de renda e a contribuição social a compensar são decorrentes de antecipação de IR e CS e retenções de órgãos públicos, sendo que a sua expectativa de realização é substancialmente de 12 meses.

Os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias originam-se, substancialmente, da constituição de provisões judiciais, centrais de negócios, distribuições de lucros com centrais de negócios e corretores. Exceto para os casos judiciais onde os prazos não são previsíveis, para as demais diferenças temporais o crédito tributário tem previsão de realização de até 12 meses.

A movimentação dos créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias estão assim demonstradas:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.105
(+) Constituição	10.190
(–) Realização	(6.833)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	10.462

11. Ativo imobilizado

A tabela abaixo apresenta a conciliação da movimentação do ativo imobilizado por grupo:

	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
Custo de aquisição do imobilizado				
Imóveis de uso próprio	44	–	–	44
Equipamentos	30.536	96	(470)	31.030
Móveis, máquinas e utensílios	3.026	11	(30)	3.007
Veículos	224	97	(56)	265
Outras imobilizações	5.513	15	–	5.528
Total de custo de aquisição (a)	39.343	1.087	(556)	39.874
Depreciação acumulada				
Imóveis de uso próprio	44	–	–	44
Equipamentos	27.821	998	(409)	28.410
Móveis, máquinas e utensílios	1.714	217	(25)	1.906
Veículos	194	14	(29)	179
Outras imobilizações	3.295	558	–	3.853
Total da depreciação acumulada (b)	33.068	1.787	(463)	34.392
Total do imobilizado (a) - (b)	6.275	(700)	93	5.482

As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são as seguintes:

Imobilizado	Taxa anual	Anos de vida útil
Imóveis	4%	25
Móveis e utensílios	10%	10
Veículos	20%	5
Equipamentos	10% e 20%	5 e 10

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas em conformidade com o contrato de aluguel - atualmente 20%, com vida útil de cinco anos.

12. Intangível

O ativo intangível está composto conforme segue:

	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
Custo de aquisição do intangível				
Outros intangíveis	25.159	8.228	(40)	33.347
Total de custo de aquisição	25.159	8.228	(40)	33.347
Amortização acumulada				
Outros intangíveis	12.617	4.868	(4)	17.481
Total da amortização acumulada	12.617	4.868	(4)	17.481
Total do intangível	12.542	3.360	(36)	15.866

O ativo intangível é amortizado com um percentual de amortização de atualmente 20%, com vida útil de cinco anos.

13. Detalhamento e movimentação das provisões técnicas

As tabelas a seguir apresentam a movimentação das provisões técnicas (brutas e líquidas de resseguro) para os balanços encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Os valores demonstrados abaixo não consideram as operações de retrocessão e o ramo 588 - DPVAT que totalizam R\$ 57.162.

Provisões de prêmios (+) outras provisões técnicas		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PPNG (+) PPNG-RVNE (+) PCP (+) OPT em 31/12/2012		383.198	355.292
Prêmios emitidos no ano		814.842	768.754
Prêmios ganhos durante o ano		830.529	783.211
PPNG (+) PPNG-RVNE (+) PCP (+) OPT em 31/12/2013		367.511	340.835
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
IBNR em 31/12/2012		45.789	41.069
Variação da Provisão de IBNR		820	1.282
IBNR em 31/12/2013		46.609	42.351
Provisão de sinistros a liquidar		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PSL (+) IBNER em 31/12/2012		160.744	132.659
Sinistros avisados (+) reavaliados (–) cancelados		–	–
(+) reabertos ⁽¹⁾		444.403	420.742
Pagamentos efetuados durante o ano		429.216	415.143
Variação da provisão de IBNER		(13.707)	(12.001)
PSL (+) IBNER em 31/12/2013		162.224	126.257
⁽¹⁾ Inclui atualização monetária.			
* Provisão de despesas relacionadas		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PDR em 31/12/2012		–	–
Variação PDR		8.535	8.535
Variação PDR IBNER		15.307	15.307
Variação PDR IBNR		3.872	3.872
PDR em 31/12/2013		27.714	27.714

Para o ano de 2013 foram constituídos valores para a Provisão de Despesas Relacioandas (PDR), conforme nota técnica atuarial.

###



CHUBB
SEGUROS

CHUBB DO BRASIL
COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ: 33.170.085/0001-05



Você tem com quem contar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

Fiscais

Nos processos fiscais de maior relevância há depósitos judiciais garantindo a quantia em discussão. As classificações de risco de perda foram realizadas de acordo com o Pronunciamento CPC nº 25, portanto, com o devido provisionamento das ações judiciais cuja perda foi classificada como provável e no processo classificado com perda possível há depósito judicial. Os processos fiscais correspondem a, fundamentalmente Auto de Infração que segundo a fiscalização a empresa teria pago a seus empregados PLR em desacordo com a lei de modo que esses valores constituir-se-iam em base de cálculo para contribuições previdenciárias (parte empresa e SAT e Terceiros - FNDE e INCRA).

Trabalhistas

Os processos de natureza trabalhista estão em diversas fases de tramitação, porém na maioria deles a Companhia foi incluída indevidamente na lide por funcionários de outras empresas. Mesmo não se tratando de funcionários da Companhia, alguns desses processos foram classificados como perda possível em razão da demanda tramitar na esfera trabalhista onde há risco de a Companhia ser responsabilizada.

Cíveis

Os processos cíveis que não versam sobre sinistros foram provisionados levando em consideração a classificação do risco pelos advogados, o andamento das ações e as perdas históricas. Os processos foram classificados como perda possível em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, considerando-se a jurisprudência aplicável.

Os processos cíveis correspondem em sua grande maioria a valores referente a danos morais e outras verbas que não são incluídas nas coberturas das respectivas apólices.

Sinistros

A Companhia possui processos de sinistros em demanda judicial registrados na conta "Sinistros a liquidar judiciais" no montante de R\$ 55.285 (R\$ 41.522 em 31 de dezembro de 2012) líquidos de cosseguros e resseguros. As provisões constituídas para os casos de classificação possível e remota são referentes aos honorários judiciais.

a) Movimentação dos processos judiciais e administrativos

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de provisões entre 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Trabalhistas	Fiscais	Sinistros	Cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2012	416	341	41.522	630
(-) Total pago no período	(129)	-	(28.475)	(434)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	176	-	68.587	40
Quantidade de ações pagas no período	6	-	2.639	768
(+) Novas constituições no período	85	325	45.003	1.068
Novas constituições referentes a citação de exercício	-	-	19.146	909
Novas constituições referentes a citação do exercício N-1	-	-	3.827	65
Novas constituições referentes a citação do exercício N-2	80	-	3.461	74
Novas constituições referentes a citação do exercício N-3 e anteriores	5	325	18.569	20
(-) Baixa da provisão por êxito	(1)	-	(6.911)	(119)
(-) Baixa da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	(227)	(82)	(1.561)	125
(+) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	62	63	5.207	26
(-) Saldos em 31 de dezembro de 2013	206	647	55.285	1.296
Depósitos judiciais	195	397	8.115	82

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 253.858 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 227.880 em 31 de dezembro de 2012) representado por 18.320 (17.576 em 2012) ações ordinárias, sem valor nominal. Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de junho e 23 de dezembro de 2013, os acionistas aprovaram aumento de capital no montante de R\$ 8.242 e R\$ 8.445, com emissão de 370 e 374 novas ações ordinárias e sem valor nominal. A deliberação aprovada nessa Assembleia em 23 de dezembro de 2013 encontram-se em fase de homologação pela SUSEP. O aumento de capital nos montantes de R\$ 9.119, R\$ 8.617 e R\$ 8.242 foram aprovados por meio das Portarias nº 5.163 de 19 de fevereiro de 2013, 5.486 de 21 de novembro de 2013 e 5.558 de 19 de outubro de 2013.

b) Juros sobre o capital próprio

Em conformidade com a Lei 9.249/95, a administração da Companhia decidiu pelo crédito aos seus acionistas de juros sobre capital próprio, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), calculada sobre o patrimônio líquido base de R\$ 402.111 com juros apurados no período de R\$ 19.632 (R\$ 20.866 em 2012). Para fins de apresentação nas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da conta de resultado (despesas financeiras), e apresentados como destinação do lucro. O montante creditado reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, o que proporcionou uma redução de carga tributária no montante de R\$ 7.853 (R\$ 8.347 em 2012).

c) Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

O patrimônio líquido ajustado e a margem de solvência estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	402.111	393.064
(-) Despesas antecipadas**	(14.839)	(17.871)
(-) Ativo intangível - vide NE nº 12	(15.866)	(12.542)
=) Patrimônio líquido ajustado (a)	371.406	362.651
20% dos prêmios retidos anual médio - últimos 12 meses	164.780	167.030
33% dos sinistros retidos anual médio - últimos 36 meses	136.136	124.308
Margem de solvência (b)*	164.780	167.030
Capital base	-	15.000
Capital adicional de subscrição	156.802	159.545
Capital adicional de crédito	24.604	24.870
Benefício da correlação entre riscos	(10.965)	(11.092)
Capital risco operacional	5.086	-
Capital mínimo requerido (c)	175.527	188.323
Suficiência (a - b ou c, dos dois o maior)	195.879	174.328
(*) Para apuração da margem de solvência, considera-se o valor entre o patrimônio líquido ajustado menos o patrimônio líquido necessário entre 0,20 vezes do total da receita líquida de prêmios emitidos dos últimos 12 meses ou 0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.		
(**) Não são consideradas as despesas antecipadas de prêmio mínimo depósito, locais e admitidas.		
Médias nas análises efetuadas acima pela Companhia, o capital mínimo requerido em 31 de dezembro de 2013 e 2012, mostrou-se adequado ao valor exigido pela SUSEP.		

d) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a lei societária e o Estatuto Social da Companhia. Não foram propostos dividendos em função de que em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 21 de junho de 2013 e em 23 de dezembro de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram distribuição de juros sobre o capital próprio que foi imputado ao valor do dividendo de que trata o artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual foi distribuído e creditado a cada acionista da Companhia, na proporção de sua respectiva participação no capital social da Companhia, com as respectivas retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

Nesta mesma Assembleia, os acionistas deliberaram aumentar o capital da Companhia utilizando-se dos juros sobre o capital próprio, conforme mencionado na nota 16-a.

e) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 15.408 (R\$ 14.789 em 31 de dezembro de 2012).

f) Reserva estatutária

Conforme previsto no artigo 39º do Estatuto Social a parcela remanescente dos lucros anuais, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida à conta de reserva estatutária. O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 124.413 (R\$ 132.661 em 31 de dezembro de 2012).

17. Principais ramos de atuação

	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Compreensivo residencial	12.368	10.112	26	44	31	25
Compreensivo empresarial	14.958	14.128	47	15	31	29
Riscos diversos	47.763	51.368	17	12	23	23
Responsabilidade civil						
- administrativa e diretores - D&O	9.367	9.845	12	4	17	16
Responsabilidade civil geral	24.428	22.219	60	48	22	21
Marítimos	2.724	2.808	20	11	18	16
Aeronáuticos	175	4.910	5.454	150	9	11
Automóveis	314.260	297.058	63	62	19	19
Responsabilidade civil facultativa	41.717	37.622	78	71	16	16
DPVAT convênio (todas as categorias)	54.751	50.009	87	88	1	1
Transporte nacional	35.984	30.963	73	59	25	26
Transporte internacional	23.873	30.036	9	47	26	27
Prestamista	17.344	16.248	7	7	42	28
Acidentes pessoais - coletivo	108.936	137.911	13	10	26	23
Vida em grupo	82.194	85.094	78	75	21	18
Penhor rural instituições financeiras privadas	243	1.055	61	15	34	25
Demais ramos	91.404	70.925	43	36	17	18
Total	882.489	872.311	53	48	20	19

18. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

a) Sinistros ocorridos

	31/12/2013	31/12/2012
Sinistros avisados	(438.874)	(374.720)
Repasse DPVAT	(34.698)	(33.275)
Despesa com sinistros	(19.957)	(18.274)
Despesa com sinistros judiciais	(4.816)	(3.727)
Despesa repasse com DPVAT	(8.997)	(7.046)
Recuperação indenização	15.037	12.254
Recuperação despesas sinistros	595	140
Recuperação de salvados (*)	41.067	28.612
Repasse de salvados	(41)	(172)
Recuperação de ressarcimento	8.870	7.304
Variação provisão IBNR	(8.795)	(7.549)
Despesa repasse provisão IBNER	(1.600)	(9.521)
Assistência 24 horas	(16.911)	(15.591)
Total	(469.120)	(421.565)

(*) Variação refere-se ao aumento no percentual de vendas de salvados e do aumento dos sinistros do ramo 0531.

b) Custo de aquisição diferido (DAC)

	31/12/2013	31/12/2012
Comissão sobre prêmio	(151.880)	(147.654)
Despesa comissão DPVAT	(784)	(735)
Comissão agenciamento	(2.333)	(2.957)
Comissão sobre prêmio cosseguro	14.520	15.165
Despesas inspeção	(3.233)	(3.522)
Outras despesas comercialização	(32.758)	(31.083)
Variação despesas comercialização	(12)	7.875
Variação comissão	(400)	(400)
Despesa de capitalização	(1.499)	(6.289)
Total	(178.379)	(169.600)
c) Outras receitas e despesas operacionais	31/12/2013	31/12/2012
Outras receitas com seguros (*)	2.307	9.342
Inspeção de riscos	(1.217)	(2.058)
Despesas com centrais de negócios	(17.067)	(13.432)
Administração de apólice	(76.193)	(97.929)
Lucros atribuídos	(1.328)	(4.215)
Despesas com cobrança - DPVAT	(3.148)	(2.863)
Taxa de administração de cartão de crédito	(849)	621
Despesas com rastreadores	(14.227)	(9.522)
Contingências cíveis	(2.045)	(350)
Outras despesas com seguros	(1.312)	(1.627)
Total	(115.079)	(122.033)

d) Despesas administrativas

Despesas com pessoal próprio (59.404) (55.301)
Despesas com serviços de terceiros (*) (25.031) (25.371)
Despesas com localização e funcionamento (24.195) (22.108)
Despesas administrativas outras (7.019) (8.909)

Total

(*) Contempla o pagamento de partes relacionadas (vide Nota 20).

e) Despesas com tributos

COFINS (18.657) (23.393)
PIS (3.087) (3.858)
CIDE (1.231) (1.060)
Taxa de fiscalização SUSEP (2.387) (2.387)
Outros (1.167) (771)

f) Resultado financeiro

Receitas financeiras

Receitas com títulos de renda fixa públicos e privados 47.951 46.901
Dividendos - 585
Receita financeira com operação de seguros 9.808 12.911
Receitas com fundos de investimentos 6.102 8.203
Outras receitas financeiras 1.319 729

Subtotal receitas financeiras

Despesas financeiras

Despesa financeira com renda fixa - (27)
Despesas financeiras com operação seguros (18.095) (17.153)
Outras despesas cartões (1.500) (2.646)
Outras despesas financeiras - (1.961)

Subtotal despesas financeiras

Total

19. Provisão para imposto de renda e contribuição social

Demonstramos abaixo a conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31/12/2013			31/12/2012		
	IRPJ	CSL	Total	IRPJ	CSL	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.705	8.705	8.705	39.861	39.861	39.861
Juros sobre capital próprio	(19.632)	(19.632)	(19.632)	(20.866)	(20.866)	(20.866)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(10.927)	(10.927)	(10.927)	18.995	18.995	18.995
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.927)	(10.927)	(10.927)	18.995	18.995	18.995
IRPJ e CSL às alíquotas da legislação (25% e 15%)	(2.732)	(1.639)	(4.371)	4.749	2.849	7.598
Dividendos	-	-	-	(146)	(88)	(234)
Despesas não dedutíveis (receitas não tributáveis)	757	256	1.013	(340)	(414)	(754)
Incentivos fiscais	-	-	-	(310)	-	(310)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Outros	(343)	22	(321)	279	-	276
Despesa IRPJ e CSL	(2.318)	(1.361)	(3.679)	4.229	2.347	6.576
Alíquota efetiva	21%	12%	34%	22%	12%	35%

20. Transações com partes relacionadas

A administração identificou como partes relacionadas à Companhia a sua controlada (Federal Insurance Company), e suas controladoras (DHC Corporation, Chubb Atlantic Indemnity, e The Chubb Corporation), além de seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

A Companhia atua de forma integrada com sua controlada e compartilha com certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas conforme demonstrado a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Federal Insurance EUA (Resseguros)	9.164	3.201	(2.027)	(4.990)	(3.482)	(12.858)
Federal Insurance EUA (Serviços Técnicos)	-	-	(439)	(3.077)	(5.911)	(8.208)
Federal Escritório Representação	142	122	-	-	-	585

A Companhia realizou operações de resseguro com a Federal Insurance Company cujas transações líquidas totalizaram (R\$ 3.482) ((R\$12.858) em 31 de dezembro de 2012).

i. Remuneração do pessoal-chave da administração

O valor da remuneração da diretoria é fixado anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária, estabelecido pela matriz para cada um dos diretores, respeitando o montante total fixado para o ano, conforme determina o Estatuto Social da Companhia. Para o ano de 2013 o valor fixado foi de R\$ 4.976 (R\$ 3.531 em 31 de dezembro de 2012). Os cargos no Conselho de Administração são exercidos independentemente de qualquer remuneração.

Conforme CPC 33 "Benefícios a Empregados", os benefícios de curto prazo providos aos administradores em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo aos administradores		
Proventos	2.730	2.177
Gratificações	1.597	1.446
Encargos sociais	156	102
Plano de previdência complementar de contribuição definida	168	129
Total	4.651	3.854

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

A Companhia patrocina para seus administradores o plano de saúde, seguro de vida e outros conforme combinado em sua contratação.

ii. Outras informações

Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidades de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado em relação a preços, prazos e taxas contratadas.

iii. Participação acionária

A acionista controladora DHC Corporation cedeu e transferiu, fiduciária e gratuitamente, 1 (uma) ação ordinária nominativa e sem valor nominal a cada um dos 3 (três) membros do Conselho de Administração. Na eventualidade de deixarem seus cargos, a ação concedida volta para a acionista controladora e posteriormente será dada a quem substituir os membros do Conselho.

21. Outras informações

a) Plano de previdência privada complementar

A Companhia proporciona um plano de previdência privada complementar aos seus funcionários que é administrado pelo Santander Seguros S/A e Itaú Vida e Previdência S/A, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 744 (R\$ 591 em 31 de dezembro de 2012).

b) Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" é constituída, principalmente, pelos seguintes saldos:

	31/12/2013	31/12/2012
Cheques a compensar	2.341	1.909
Contas a pagar sinistros	6.171	3.793
Contas a pagar congêneres	4.311	3.309
Federal Insurance Invoice	439	3.077
Demais contas (*)	2.846	728
Total	16.108	12.816

(*) Referem-se, basicamente a IOF a recolher e fornecedores a pagar.

c) Benefícios pós-emprego



CHUBB DO BRASIL

COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ: 33.170.085/0001-05



Você tem com quem contar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

d) Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros em valores é assim demonstrada:

Seguradora	Cobertura	Importância Segurada
Tokio Marine Seguros	Multirisco	48.227
Tokio Marine Seguros	Responsabilidade civil - geral	2.500
Allianz Seguros	Responsabilidade civil - facultativa (1º risco alto)	1.000
Tokio Marine Seguros	Responsabilidade civil - facultativa (2º risco alto)	1.000

e) Participação nos resultados

A Companhia mantém um programa de participação nos lucros para 100% dos colaboradores, homologado junto ao sindicato dos seguritários com representantes parte empresa e parte empregados. Em 31 de dezembro de 2013 o impacto no resultado decorrente da participação nos resultados da Companhia totalizou R\$ 1.158 (R\$ 1.024 em 31 de dezembro de 2012).

f) Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627, que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. Referida Medida Provisória possui um número relevante de emendas propostas. Ademais, a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a referida Medida, disciplinar diversas matérias. Dessa forma, é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou regulamentadas. No entanto, com base no texto vigente estimamos que a referida MP nº 627, de 11.11.2013, não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras da Seguradora.

22. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As revisões da IAS 32 "Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

As revisões da IFRS 7 "Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição

financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante. Independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.

O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" (emitido em novembro de 2009) é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

A IFRS 13 "Mensuração do valor justo" estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

23. Eventos Subsequentes

Em 06 de janeiro de 2014, foi publicada a Circular SUSEP nº 483/14, que dispõe sobre alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradoras locais. A Companhia entende que este normativo não implicará em impactos relevantes no patrimônio. Em 06 de janeiro de 2014, também foi publicada a Circular SUSEP nº 485/14, que estabelece critérios para fins de cálculo da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e da parcela da provisão de prêmios não ganhos relativa aos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), a serem adotados pelas sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar que não possuam base de dados suficiente para utilização de metodologia própria. Este normativo não implica impactos para a Companhia.

Em 16 de dezembro de 2013, foi publicada a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP 302, que estabelece critérios para o Capital Mínimo Requerido para autorização e funcionamento, bem como para planos corretivos e de solvência para as empresas de seguros e previdência e para resseguradoras locais.

Conforme estabelecido no Art. 3 do Anexo V, que define o prazo de até Dezembro de 2014 para que as Cias. adotem a parcela de Capital baseada no risco de mercado a ser estabelecido em regulamentação específica, a Chubb do Brasil não estimou o impacto decorrente deste novo requerimento de Solvência, considerando que a legislação específica ainda não publicada pela SUSEP.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ACACIO ROSA DE QUEIROZ FILHO - Presidente

HERMAN GUILLERMO WEISS - Conselheiro

NIVALDO VENTURINI - Conselheiro

DIRETORIA

ACACIO ROSA DE QUEIROZ FILHO
Diretor-Presidente

ELIZABETH KAVANAGH ALVES
Diretora

FERNANDO VALENTIM PRAZERES RIBEIRO
Diretor Técnico

ALEXANDRE LUIZ GRECCO
Contador - CRC 1SP217581/O-0

PARECER ATUARIAL

De acordo com o disposto na **Resolução CNSP nº 135**, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP nº 272, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial de cada um dos ramos de seguro operacionalizados pela **Chubb do Brasil Cia. de Seguros**, no exercício de 2013.

A Avaliação Atuarial foi elaborada a partir dos efetivos períodos de competência dos riscos assumidos pelos contratos de seguros em vigor em 30/09/2013, 31/10/2013, 30/11/2013 e 31/12/2013, recalculando, para cada ramo, as correspondentes provisões técnicas contabilizadas nestas datas-base.

O recálculo das provisões técnicas determina a totalidade dos compromissos financeiros que a Seguradora terá com o pagamento dos sinistros já ocorridos e que ainda vão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de seguros em vigor em 30/09/2013, 31/10/2013, 30/11/2013 e 31/12/2013, independente da emissão de novos prêmios.

Os resultados encontrados demonstram que as provisões técnicas consignadas no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 da **Chubb do Brasil Cia. de Seguros** estão adequadas, não havendo necessidade de ajustes de valores, bem como não foi detectada nenhuma situação relevante que comprometa a solvência atuarial da Seguradora.

Por fim, em relação ao Estudo Atuarial de data-base 31/12/2013 do Teste de Adequação de Passivos da **Chubb do Brasil Cia. de Seguros**, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das Provisões Técnicas constituídas, deduzidas dos Custos de Aquisição Diferidos e dos Ativos Intangíveis Diretamente Relacionados às Provisões Técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos Fluxos de Caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/2012.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Chubb do Brasil Companhia de Seguros
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Chubb do Brasil Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias,

mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Chubb do Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

Ajustes e reclassificações de anos anteriores

Conforme mencionado na nota explicativa 2(b), as informações correspondentes ao balanço patrimonial foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2(b), e, portanto, estão sendo reapresentadas de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Dessa forma, nenhuma alteração é requerida em nosso relatório sobre as referidas demonstrações financeiras reapresentadas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2014



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contador CRC-1SP198827/O-3

“A TRANQUILIDADE TAMBÉM É MEU PATRIMÔNIO.”



Você tem com quem contar.

Tranquilidade e segurança são tão importantes para você quanto o requinte e a sofisticação. E para isso, você pode contar com a Chubb Seguros, uma das maiores seguradoras mundiais e a mais antiga em operação na América Latina. A Chubb alia experiência internacional e conhecimento do mercado local para atender pessoas exigentes como você. Se a tranquilidade é essencial para você, conte conosco.

Consulte seu corretor
ou ligue 0800 703 66 65
www.chubb.com.br



Residencial | Automóveis | Embarcações | Vida | Transporte | Entretenimento | D&O | Responsabilidade Civil Geral | Riscos Engenharia | Riscos Diversos | Garantia | Massificados